

Auditores fiscais do trabalho

Paralisação geral

Cerca de 300 fiscalizações por mês deixam de ser feitas com greve

ADRIANA FEREZIM

Da Gazeta de Piracicaba
adriana.ferezim@gazetadepiracicaba.com.br

Del Rodrigues

Com a greve dos auditores fiscais do trabalho, iniciada em janeiro, cerca de 300 inspeções mensais deixam de ser feitas em Piracicaba e região pelos 15 profissionais que atuam na regional do Ministério do Trabalho. Ontem, na Câmara de Vereadores, os auditores fizeram uma manifestação e receberam apoio da Casa de Leis e do Conselho das Entidades Sindicais de Piracicaba (Conespi).

Representando o Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho, Rodrigo Iquegami usou a tribuna da Câmara para falar sobre as reivindicações da categoria e dos problemas que enfrentam para realizar as fiscalizações nas empresas.

Segundo ele, a greve teve início em janeiro deste ano. Desde então, cerca de 300 fiscalizações em empresas da cidade e em outras 20 da região deixam de ser realizadas por mês. "Denúncias de trabalho escravo e trabalho infantil, em todo o país, não estão sendo apuradas", disse.

Iquegami afirmou que as reivindicações dos auditores fiscais incluem o reajuste salarial - eles pleiteiam 40% de aumento para o período de 2015 a 2019 - e melhores condições de trabalho. "A falta de estrutura inviabiliza a realização melhor de um trabalho que está sucateado em todo o país. Trabalhamos em péssimas condições de trabalho e nossa campanha defende também a valorização dos agentes



Auditores fiscais fizeram manifestação ontem, na Câmara de Vereadores: eles pedem melhores condições de trabalho

fiscais e a contratação de mais auditores", explicou.

Ele disse que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que o Brasil tenha nove mil auditores atuando no país. Temos somente 2.500 para averiguar as denúncias de trabalhadores que estão tendo seus direitos lesados e que não estão sendo tutelados pelo Estado", disse.

DECADENTE

O presidente do Conespi, Francisco Pinto filho, afirmou que a entidade apoia o movimento

dos auditores fiscais do trabalho porque a estrutura do Ministério do trabalho está decadente. "Há falta de pessoal e das condições de trabalho. Para as entidades sindicais isso nos afeta na realização de mesas de negociações e na fiscalização nas empresas que cometem irregularidades com os trabalhadores", afirmou.

Ele disse que, na região de Piracicaba, a greve afeta mais as fiscalizações na indústria e na construção civil, inclusive em questões de segurança do trabalho. "Podemos contar com o Ce-

rest na cidade, mas é fundamental termos um Ministério do Trabalho atuante. Essa situação nos levou a pedir uma reunião com o superintendente regional do trabalho em São Paulo, Luiz Cláudio Marcolino. Já encaminhados om ofício e aguardamos a confirmação da data", explicou.

O vereador José Antonio Fernandes Paiva (PT) apresentou moção de apoio à luta dos auditores fiscais. "Eles fazem a transformação social pela fiscalização das leis dos direitos dos trabalhadores", disse Paiva.